



(Texto sem revisão.)

 **PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Gostaria de solicitar a abertura do painel para colher as presenças das senhoras e dos senhores vereadores. Lembro que o acordo também prevê que após a passagem da pauta teremos a nossa reunião conjunta das comissões, certo?

Colhendo as presenças das senhoras vereadoras e vereadores, está aberto o painel. (Pausa.) Estamos aguardando o tempo regimental de 1 minuto e 30 segundos. (Pausa.) Temos quórum. Registro a presença da Ver.<sup>a</sup> Natasha. Passamos à

## **PAUTA**

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

(16h55min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo representação externa da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, que representará esta Casa no evento Cotrijal, em Não-Me-Toque, do período de 9 a 12 do corrente mês. (Processo SEI nº 017.00039/2025-87.)

(Procede à leitura da ementa do PLE nº 009/25.)

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Em discussão o PLE nº 009/25. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Vereadores, vereadoras, Presidente em exercício, nós estamos aqui... Bem, o governo, Ver. Hamilton Sossmeier, costuma, tanto na área da educação, na área da educação isso é permanente, ao invés de chamar as pessoas que prestam concurso, que são



aprovadas em concurso, que provam sua qualificação, que pagam para fazer o concurso, estudam, são aprovadas, criam a expectativa de trabalharem, e o governo chama sempre, ao invés de efetivar os concursados, faz as contratações temporárias. Isso, no Estado, já é um escândalo, então nós temos mais contratados que efetivos, concursados, desvirtuando, na verdade, a natureza do serviço público. Eu, o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Alex Fraga, no ano passado, chegamos a votar contra uma contratação temporária de professores para poder marcar a posição acerca da necessidade do respeito ao concurso público e à qualificação da carreira. Agora, o governo está fazendo, mais uma vez, um chamado à contratação temporária na área da saúde: enfermeiros e técnicos. Pois, aqui entre nós, vereadores e vereadoras, temos trabalhadores e trabalhadoras que pagaram a taxa, fizeram o concurso, foram aprovados e ainda não foram chamados; e o concurso que eles fizeram expira em março do ano que vem. Então, o governo tem que chamar esses trabalhadores que fizeram o concurso e resolver a falta de mão de obra na saúde com trabalhadores comprovadamente qualificados que fizeram o concurso público e que estão aqui dizendo que querem servir ao Município de Porto Alegre. Nós estamos fazendo esse apelo ao governo. Eu estive reunido, Ver. Moisés, com o secretário Ritter e com o procurador César. O secretário Fernando Ritter nos comunicou, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, que já há um pedido da Secretaria de Saúde para a contratação – para a nomeação, melhor dizendo – de 2 administradores, 41 comunitários de saúde, 18 agentes de combate às endemias, 54 assistentes administrativos, 11 assistentes sociais, 4 auxiliares de farmácia, 36 enfermeiros e, no caso dos técnicos de enfermagem, há o pedido da efetivação de 40, muitos dos quais estão aqui. Então, o que nós estamos demandando ao governo – isso é muito importante – é que o governo efetivamente atenda, no mínimo, esse pedido da própria secretaria. A secretaria nos informou que fez o pedido mínimo sabendo que esse pedido mínimo poderia ser aprovado. Então, nós estamos apostando que o governo chame esses trabalhadores da saúde no primeiro semestre e queremos, evidentemente, estabelecer uma discussão, porque envolve o problema do



contrato – do concurso, melhor dizendo. Eu não sei se esse concurso dos técnicos expira em março, mesmo tendo tido a inundação de maio, porque, na inundação de maio, a assessoria do governo estava me informando que, mesmo tendo a inundação, expira em março. Então, vejam só a gravidade da situação, porque, se está fazendo contratações temporárias agora por um ano e depois se fazem as contratações temporárias no período inverno, o risco que se tem é que esses trabalhadores que passaram no concurso não sejam chamados nunca e o concurso deles perca a validade. E é por isso que eles fazem muito bem, estão de parabéns de vir na Câmara dos Vereadores. E eu, da minha parte, já disse para eles, nós vamos ter que organizar uma mobilização, porque é só com mobilização que se pode conquistar. Muito obrigado, Presidente. Parabéns a vocês, técnicos de enfermagem, que querem trabalhar.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Nós que agradecemos, Ver. Roberto Robaina.

A Ver.<sup>a</sup> Jane Pilar está com a palavra para discutir o PLE n° 009/25.

**VEREADORA JANE PILAR (PT):** Nomeação Já! Assim como o prefeito nomeia CCs, temos que nomear servidores de carreira. Mas a gente entende que, na vida como ela é, a gente tem que fazer redução de danos. Então, nesse momento, a gente está trazendo alguns dados aqui que a gente considera importante socializar com vocês. O prefeito entrou com pedido de 36 técnicos – 6 enfermeiros e 30 técnicos de nível médio. Então, esses técnicos são de contratação temporária, enquanto o quadro de efetivos de funcionários, sobretudo no HPS, a gente sabe que há uma defasagem de profissionais.

Eu tenho uma trajetória forte na saúde. Eu trabalhei na saúde de 1994 a 2004. A gente fez toda a construção do Sistema Único de Saúde. Porto Alegre tinha 11 postos de saúde e daí passou a ter 145. O SAMU, a gente trouxe uma experiência de Lille, na França. A gente implantou o SAMU em Porto Alegre. Então, toda essa construção a gente fez com o Conselho Municipal de Saúde,



com a discussão com os trabalhadores e com as trabalhadoras. E hoje, eu moro em frente ao HPS, e eu tenho muitos, muitos trabalhadores do HPS, médicos, enfim, que me fizeram uma denúncia de que das quatro salas de observação, somente duas estão em funcionamento porque não tem pessoal. Por isso eu estou dizendo que a gente tem que trabalhar, nesse momento, com a questão de redução de danos.

E outro diálogo que eu estava fazendo ali com a Ver.<sup>a</sup> Karen, é que a gente não sabe também quantos servidores têm no HPS hoje. Na nossa época, eram 5.300, hoje, a gente está fazendo esse diálogo no escuro. Então é importante a gente saber qual é o déficit, o déficit por categoria profissional, porque o HPS é um hospital de referência em Traumatologia. É um hospital que 30% ou 40% ainda da sua clientela vem do interior, então também existe um projeto de que possa ter algum tipo de consórcio, que a Região Metropolitana também possa dar apoio, enquanto traz pessoas. O HPS tem um banco de pele, porque atende muitos queimados, então é importante a gente saber que esses hospitais de referência não é qualquer município que tem, porque os hospitais são estruturas caras, eu digo até que o hospital é uma minicidade, porque um hospital funciona 24 horas. É importante a gente saber que precisa de qualificação dos profissionais, e a gente também coloca que é importante chamar os 70 aprovados no concurso. Ano passado, a direção do Postão da Cruzeiro solicitou 40 novos funcionários que não foram repostos até o momento, e a gente sabe que esse déficit está acontecendo em muitos serviços. No PA da Lomba, a gente tem relatos que a unidade Mapa está com deslocamento, ainda não se conseguiu colocar a unidade numa estrutura física adequada, então a alternativa da Prefeitura frente a esse déficit tem sido supervalorizar as horas extras, sobrecarregando os profissionais e prejudicando a qualidade da saúde. Portanto, a Prefeitura está optando por soluções paliativas, ao invés de resolver o problema estrutural da falta de profissionais de saúde. A convocação dos aprovados para a saúde é urgente, então, nessa perspectiva, a gente entende que é um processo de redução de danos e nomeação já. Temos que priorizar a saúde não no discurso e sim na



prática, porque saúde é vida e a saúde precisa ser priorizada, e a população de Porto Alegre precisa ser cuidada.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Jane.

Quero agradecer mais uma vez ao pessoal do sindicato que está aqui, e apenas explicar que a Guarda Municipal só cumpre regras, como vocês também, servidores públicos, e a gente tem um regramento sobre adesivos no vidro. Eu agradeço a compreensão de vocês. Obrigado.

(Aparte antirregimental.)

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Não, não, estou agradecendo mesmo o entendimento do pedido da Guarda. Obrigado.

A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 009/25.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Então, colegas vereadores, primeiramente eu queria questionar aos líderes do governo: qual foi o embasamento, qual estudo técnico que aponta a necessidade de somente seis enfermeiros e 30 técnicos? Porque para qualquer iniciativa parlamentar nesta Casa é cobrado minimamente um estudo, e nesse projeto não tem nenhum tipo de justificativa frente ao caos que está colocado na saúde; a gente está com mais de 200% de superlotação nos pronto-atendimentos Cruzeiro do Sul, Bom Jesus, Lomba do Pinheiro e da Zona Norte. Então é uma irresponsabilidade do governo seguir tapando o sol com a peneira fazendo contratualizações, pois a gente sabe que a demanda hoje, da saúde, é uma demanda de efetivos, não é uma demanda de contratualização.

Segundo, é um desrespeito com quem presta o concurso público fazer o processo seletivo e não ser convocado por essa política de contratualização. A gente tem diversas mulheres aqui que estão na linha de frente, já terceirizadas, atuando na manutenção da nossa saúde. Acabamos de fazer uma discussão aqui do dia das mulheres, da importância de a gente estar dentro dos espaços



de decisão, então também faço um convite para as vereadoras mulheres que foram eleitas para que olhem para essa categoria majoritariamente feminina, para as técnicas de enfermagem, para as enfermeiras que estão na linha de frente do caos que é o serviço de atendimento à saúde do nosso Município, tentando dar conta de algo que é responsabilidade nossa. É responsabilidade nossa, Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano, que adora subir nessa tribuna para tentar lacrar em cima das pautas feministas, sair do discurso, vereadora, e ir para ação. Se tu defendes de fato as mulheres, é o momento agora de tu olhar para essa categoria majoritariamente feminina e dar um aceno em relação às garantias previstas nos concursos. Então, nesse sentido, enquanto bancada do PSOL, a gente vem discutindo de não mais ceder para pressão, que é o caos cotidiano, e ter que se submeter a todo tipo de contratualização precária. Isso foi posto na saúde, isso está posto na assistência, isso está posto na educação, e não precisa dos votos da oposição para aprovar esse tipo de iniciativa. Não tem o porquê a gente seguir trabalhando nessa lógica produtivista do governo e dar aceno de que: não, a população precisa de enfermeiro, precisa de assistente, precisa de professor, então vamos contratualizar, vamos chamar trabalhadores temporários. Não é essa a lógica que a gente defende, bem pelo contrário, a gente vem percebendo cada vez mais a importância do vínculo na ponta, para efetivação dos direitos. E trabalhador temporário, além de ser um trabalhador precário, não garante o vínculo. Então, fazer um convite aos vereadores para que a gente consiga fazer essa mediação entre o secretário Ritter, da saúde, que *a priori* já encaminhou o ofício para o secretário, ex-vereador aqui da Casa, que tá hoje na pasta da Secretaria de Administração e Patrimônio, para que haja a convocação e que juntos a gente barre essa iniciativa temporária e faça junto a manifestação em apoio a esses trabalhadores que passaram no concurso público, no sentido também como a gente construiu com o secretário de Educação. Nós votamos contrário enquanto bancada do PSOL, Ver. Robaina, fomos contrários à contratualização na educação. Não só fizemos o discurso aqui na tribuna, mas fomos para rua junto com as trabalhadoras da educação, do comitê das concursadas que tinham sido aprovadas e a gente



garantiu com a nossa luta, com a nossa manifestação e com o tensionamento necessário de quem vive do trabalho e conhece a realidade da cidade, que até março o secretário de Educação ficou de encaminhar aqui para Câmara a criação de novas vagas na educação. Então é esse o caminho que eu sugiro aos vereadores, votando contrários a essa proposta, que a gente consiga construir também na saúde, porque é possível, a gente conseguiu conquistar isso na luta da educação e a gente precisa também efetivar esses direitos na ponta, na área da saúde. Fica aí o convite à reflexão dos vereadores aqui juntos, para que a gente consiga efetivar direitos e garantir minimamente amenizar o caos que está hoje na área da saúde na nossa cidade.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Diretor Luiz Afonso, temos prego? Por favor, prego.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 049/25.

Apregoo o Substitutivo nº 01, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza, ao PLL nº 088/25.

Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria do Ver. Jonas Reis, ao PLE nº 009/25.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 009/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 009/25.



Apregoo também as Emendas n<sup>os</sup> 03 e 04, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira, ao PLE n<sup>o</sup> 009/25.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Natasha, solicitando dispensa do envio das Emendas n<sup>os</sup> 03 e 04 ao PLE n<sup>o</sup> 009/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)  
**APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira, solicitando que seja votada em destaque as Emendas n<sup>os</sup> 03 e 04 ao PLE 009/25. Apregoo a Emenda n<sup>o</sup> 01, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Natasha e da Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza, ao PLE n<sup>o</sup> 033/24.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda n<sup>o</sup> 01 ao PLE n<sup>o</sup> 033/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento da Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza, solicitando votação em destaque para a Emenda n<sup>o</sup> 01 ao PLE n<sup>o</sup> 033/24. Apregoo as Emendas n<sup>os</sup> 01 e 02, de autoria do Ver. Jonas Reis, ao PLE n<sup>o</sup> 006/25.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando dispensa do envio das Emendas n<sup>os</sup> 01 e 02 ao PLE n<sup>o</sup> 006/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)  
**APROVADO.**



**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 01 e 02 ao PLE nº 006/25.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, ao PLE nº 006/25.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLE nº 006/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 03 ao PLE nº 006/25.

Apregoo as Emendas nºs 04, 05, 06 e 07, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira e da Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza, ao PLE nº 006/25.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 04, 05, 06 e 07 ao PLE nº 006/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 04, 05, 06 e 07 ao nº PLE 006/25.

Fim dos pregões.



**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Muito obrigado. Obrigado pela compreensão, Ver. Jonas Reis; V. Exa. está com a palavra para discutir o PLE nº 009/25.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós estamos aqui para discutir, mais uma vez, a precarização da saúde, mais uma vez o governo Melo joga no colo da Câmara para ela resolver a incompetência que é um governo não ter feito concurso, não ter nomeado servidores. Agora que as emergências estão lotadas, vem aqui a diretora do hospital, em desespero, pedir pelo amor de Deus para aprovar o contrato temporário. Eu quero dizer que ela está lá há oito anos, se hoje faltam funcionários no HPS, é porque ela está lá. Isso é um problema crônico, ela não sabe gerir RH, não sabe, teve tempo para aprender, não quis aprender, isso acontece. Eu sou professor e a gente sabe, tem os que querem aprender de verdade, se matriculam, frequentam, aprovam, ganham diploma, se formam; e tem os que nem aparecem na aula, é o caso dela, ela não apareceu na aula de gestão pública, ela não entendeu como é gerir a coisa pública. Deve ser porque ela não usa o serviço do HPS, porque agora, há pouco tempo, vocês não imaginam: têm 14 leitos na emergência do HPS, e tinham mais de 30 internados – mais de 30! É a denúncia dos funcionários, das funcionárias, está aqui a diretora Marília, presidente da Associação do HPS, que nos trouxe esse relato de uma servidora pública que pegou sarna na emergência, porque tinham internado na emergência, junto com mais de 30 pessoas, uma pessoa com sarna. Essa pessoa deveria estar internada, sim, no hospital, mas essa é a vergonha de ter sobrecarga, de ter superlotação, de não ter administração. Então eu pergunto, o governo realmente olha para a saúde do povo? Eu mesmo respondo: não olha, porque os salários estão defasados. É uma vergonha, vão chamar agora, gente, técnicos de enfermagem, enfermeiros – eu sou favorável, podem contar com meu voto, vou votar favorável –, mas para receber 32% a menos do que recebiam os profissionais da saúde há quatro anos, porque o governo não pagou a reposição inflacionária. Mas os



secretários ganharam R\$ 6 mil de aumento, o prefeito saltou de R\$ 21 mil para R\$ 35 mil, mas segundo o prefeito, os técnicos, os enfermeiros não merecem um salário digno. Isso que é indignante, porque coloca uma faca no pescoço do parlamento que toda hora tem que apagar o incêndio do governo Melo. Nós vamos votar a favor pela população, pelo povo, mas a gente exige que o concursado assuma. Sabem por quê? Porque a pessoa vai lá, faz o concurso, estuda, paga e aí o governo resolve fazer estelionato, que é não os deixar assumirem as vagas. Olhem só quantas vagas tem aqui, o Marco Brignol, que é técnico da Prefeitura, mostrou para mim, tem 444 vagas, gente, de auxiliar de enfermeiro. Quer dizer, a Prefeitura criou esse quadro, mas não preenche, faltam 444 cargos preenchidos, é isso! Faltam profissionais, e aí hoje nós vamos votar meia dúzia de cargos, gente – meia dúzia de cargos –, não chega a 50% disso. Isso é triste, isso é desolador, nós vamos chamar 9 enfermeiros, quando tem 39 cargos de enfermeiros vagos – essa é a necessidade real da Prefeitura. Nós não vamos chamar 25% do que precisa, o quadro funcional para não ter sobrecarga de trabalho. Aí eu quero sensibilizar os vereadores e vereadoras que ainda não tiveram tempo aqui, os novos, de acompanhar a pauta da saúde. Um plantonista não consegue fazer dois, três plantões seguidos, é desumano, então quando tem falta de funcionários, tem desumanidade com quem está lá trabalhando, não se olha para quem está na ponta, porque o HPS, gente, o Postão da Cruzeiro, eles só funcionam graças aos servidores públicos. São eles que estão abnegados, mesmo com a falta de RH, garantindo o atendimento à população. E realmente a população reclama, com razão – para concluir –, que faltam servidores, mas eles não deixam de atender, só que o atendimento demora oito, dez, doze horas. É por isso, então, hoje eu vou votar para auxiliar o governo Melo, para botar funcionários, por causa do cidadão que não merece ficar dez horas na fila do SUS, como está ficando nessa Prefeitura, com falta de competência, falta de administração.

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)



**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Jonas.

Não havendo mais vereadores inscritos para discutir. Em encaminhamento. Algum vereador encaminha? (Pausa.) Encaminhamento, Ver. Jessé? Um por partido, global, o que está destacado também. Em discussão, não tem mais inscrito. Encaminha, pela bancada do PL, o Ver. Jessé.

Está encerrada a discussão, não tem mais inscritos para discutir. Pelo menos, aqui, não tem mais nenhum inscrito e ninguém levantou a mão.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL):** Bom, eu estou vindo aqui encaminhar a Emenda nº 03, a emenda que garante reserva de vagas para trans nesse concurso que vai ser feito para enfermeiros, aqui em Porto Alegre. Eu diria a mesma coisa também para cotas raciais, mas eu quero que vocês entendam o meu argumento para votar contra essa emenda. Inicialmente, lá no passado, anos 2000, iniciou-se um processo de reserva de vagas no ensino superior. Com qual intenção? Com a intenção de diminuir a desigualdade, porque se entendia que, ao longo de décadas, talvez séculos, aqui no Brasil, pessoas de determinadas etnias ou mesmo de determinadas origens tinham uma desvantagem de competição e, por isso, precisavam de uma reserva de vagas para entrar na universidade. Eu lembro que era bem na época que eu era vestibulando, eu havia sido aprovado num concurso que ainda não tinha, se não me engano, reserva de vagas, e, no ano seguinte ou logo depois, começou a ter reserva de vagas. E o que aconteceu? Muitas pessoas, inclusive de esquerda, começaram a reclamar desse tipo de reserva de vagas. Eu lembro de um colega meu que falava, que ele era de esquerda – naquela época, praticamente todo mundo era de esquerda: “Ah, eu sou a favor de cotas, mas eu sou contra... Eu ficaria chateado se fosse na minha vez.” Então é aquela coisa, a gente quer que seja feita alguma coisa, mas aquilo que não nos afete. Por outro lado, acabaram aprovando e foram avançando as cotas no acesso à universidade. Por quê? Supostamente, pela falta de igualdade de ensino as pessoas ficaram para trás no mercado de trabalho. O que acabou acontecendo depois? Acabou acontecendo o quê? Por algum problema, não sei qual,



começou-se a aprovar reserva de vaga para concurso público, reserva de vaga para ser juiz, para ser magistrado, para ser promotor, para ser guarda municipal, para ser tudo. Mas eu fico me perguntando, se o problema da desigualdade era de desigualdade educacional, não deveria ter encerrado o processo de cotas na universidade quando, de fato, se atingiu o equilíbrio de educação e de nível de escolaridade? Eu entendo que sim, mas acabou se tornando não somente uma ferramenta de redução de desigualdade, mas, sim, acabou se tornando uma ferramenta de promoção de privilégios. Eu vou falar um exemplo aqui da minha família pessoal: minha mãe, vocês conheceram, teve um dia que, de maneira emocionada, eu a trouxe aqui nesta tribuna, ela é deficiente física. Ela, durante a sua infância, estudava na cidade de Encantado. Lá, em Encantado, para chegar no colégio, era chão batido por cinco, seis, sete, oito quilômetros. Ela era carregada no colo para ir até o colégio para poder estudar. Eu entendo que, sim, existe a necessidade de cotas no serviço público, mas cotas para as pessoas que, por alguma dificuldade do Estado, em fornecer infraestrutura, essa pessoa não pode frequentar a escola. De outras maneiras, pessoas que não têm nenhuma dificuldade física, que não têm nenhum tipo de dificuldade de sua natureza quererem cotas estão querendo, sim, privilégio. É o meu pensamento. Não existem, para as pessoas saudáveis, cotas. Porque, se for para dar cotas para pessoas saudáveis, nós estamos dando para essas pessoas, sim, um privilégio. E estamos tirando de quem? Estamos tirando das pessoas que, por exemplo, não conseguem acessar um colégio porque não tem uma rampa adaptada, porque não tem lá um professor que fale em Libras. E essas pessoas, sim, eu acho que precisam de algum tipo de auxílio. Mas o que está acontecendo hoje é que estão usando essas pautas para sinalizar virtude para alguns públicos e, no final das contas, utilizar de uma infraestrutura já posta para privilegiar certos grupos. Vou falar uma frase polêmica aqui, mas eu acho que ela explica bem o meu ponto. Qual é a deficiência de uma pessoa trans? Nenhuma. Então, por que essa pessoa trans tem direito a ficar na frente da vaga de uma pessoa que é deficiente física? Por que essa pessoa tem direito de ficar no lugar de uma pessoa que anda de



cadeira de rodas? Por que essa pessoa tem direito de ficar na frente, na vaga, de uma pessoa que não tem audição? E nós não temos infraestrutura nos nossos colégios para ensinar Libras e ela poder se integrar, de fato, à sociedade. Então, eu sou contra a cota para trans, sou contra também à questão de cotas raciais, porque, se o argumento era acabar com a desigualdade no acesso, foi resolvido com a cota racial para acessar a universidade, e agora todos têm o direito de buscar, em igualdade de condições, o acesso ao mercado de trabalho. Dar cotas para pessoas saudáveis em detrimento de pessoas deficientes, por exemplo, é, sim, um privilégio, esse é o meu entendimento.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Jessé. Estamos em discussão geral... Quer se inscrever, vereadora? Um aparte?

**Vereadora Karen Santos (PSOL):** Presidente, eu vou pedir um pouco mais de atenção do senhor, porque o vereador usou da tribuna para debater e encaminhar algo que não está na pauta. Ele trouxe, no meio de uma discussão sobre a saúde pública e contratualização de novos funcionários, uma discussão extremamente profunda sobre as ações afirmativas no nosso País, fundamentada nas ideias da cabeça dele. Então peço, Presidente, que fique um pouco mais atento, para que a gente não fuja do assunto e consiga encaminhar esses projetos.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereadora, o vereador está debatendo a Emenda nº 03, mas está bem.

**Vereador Jessé Sangalli (PL):** Não sei se a vereadora não leu, mas a Emenda nº 03 trata de cota para trans aqui na Câmara de Vereadores com relação ao projeto dos enfermeiros que está em votação.



**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Estamos encaminhando. Ver.<sup>a</sup> Natasha. (Pausa.) Pessoal, a única correção aqui é que – viu, Ver.<sup>a</sup> Natasha? – a discussão é por emenda. No caso, a discussão seria da Emenda nº 01 primeiro, é isso? O encaminhamento. As destacadas primeiro, como é? Me socorre aqui. (Pausa.) Ah, não, vai ter que ser uma por uma – destacada –, então, na verdade, estamos encaminhando...

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Estamos colocando em votação... O Presidente encerrou a discussão geral, então nós passamos para a votação. Como tem a votação da Emenda nº 01, ela está destacada, então, agora, os encaminhamentos têm que ser feitos em relação à Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jonas Reis.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está bem, está esclarecido que a primeira...

**Vereadora Natasha Ferreira (PT):** Presidente, só uma questão de ordem. Só um pouquinho, só um pouquinho, uma questão de ordem. O Ver. Jessé Sangalli não fez isso.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Ele falou da Emenda nº 03 aqui, porque houve uma falha de orientação da Mesa.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Bom, eu vou falar do projeto e da Emenda nº 03 também, só quero registrar.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O encaminhamento agora é da Emenda nº 01, mas se quiser falar outra coisa. A Emenda é a nº 01.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** O tempo, por gentileza, Presidente.



**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Sim.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Fazendo aqui a devida correção, a Ver.<sup>a</sup> Karen estava com a razão aqui, na questão de ordem, com relação à Mesa. Quero aqui, primeiro, falar sobre o projeto em si. Esse projeto que fala de uma contratação emergencial de funcionários, eu, particularmente, como vereadora do PT e líder do partido, vou me abster, porque nós queremos que os concursados sejam chamados. Quem fez concurso público precisa ser respeitado devidamente pelo governo municipal e deve ser chamado a ocupar esse espaço. As contratações são essenciais, mas, se o governo tivesse um planejamento de saúde pública, nós não precisaríamos estar aqui debatendo mais contratação, que vai ferir diretamente o caixa livre da Prefeitura de Porto Alegre, ao invés de fazer concursos públicos e chamar essas pessoas de fato. Então, quero trazer aqui a minha solidariedade à comissão das concursadas e concursados, o PT defende concurso público. Nós vamos voltar à gestão pública da cidade e, quando nós voltarmos, será concurso público. Essa farra de nomear pessoas, assim, na caneta, como eles fazem, vai acabar.

Mas quero aqui me dirigir, por óbvio, ao Ver. Jessé Sangalli, que finalmente o Jessé tirou a máscara de bom moço aqui e veio à luz do dia dizer aquilo que o Jessé é, que todo mundo sabe, que é uma pessoa que não conhece basicamente nada sobre gestão pública, não conhece nada sobre vivência, sobre ninguém, mas faz discurso para fazer recorte na rede social – não é, vereador? – de um minuto, dois, e mente sobre várias coisas, porque é nisto que ele atua: na mentira. Primeiro, quero dizer que pessoas trans, Ver. Jessé Sangalli, têm expectativa de vida de 35 anos, não é o seu caso. Ao menos, que eu saiba, você nunca transicionou. Nós temos dificuldade, vereador, de usar banheiro, que você quer que pessoas pobres paguem banheiro em Porto Alegre, eu defendo que usem de graça – essa, quem sabe, seja a nossa grande diferença aqui. Pessoas trans têm a maior evasão escolar do País. Pessoas trans, como eu, não ficam nesse ambiente escolar. Você nunca foi



expulso de uma escola por ser aquilo que se é. Portanto, a gente não fala do mesmo lugar. Pessoas como eu, nobre vereador, não são respeitadas e respeitadas em postos de saúde pelo seu nome. Então, por óbvio, muitas de nós não acessam os postos de saúde público. Também aqui é válido dizer que, em a cada dez mulheres como eu e a Ver.<sup>a</sup> Atena, oito estão na prostituição. Porque quando o Estado não consegue fomentar a política pública para que pessoas como eu estejam aqui, que elas não estejam na escola, que a família manda embora, que o discurso de ódio é propagado e o Estado reforça isso, pessoas como eu vêm na prostituição a última saída para se manterem vivas. Então, antes de falar de pessoas trans e cotas, Ver. Jessé, vá na Farrapos conhecer as prostitutas que estão lá, fazendo a noite de muitos homens de extrema direita inclusive, que fazem um grande discurso moralista aqui dentro, mas vão lá com as gurias na noite. Antes de mais nada, respeite as travestis. Quero falar que esta emenda fala sobre cotas para as pessoas com deficiência, cotas raciais, que é o maior projeto de inclusão de pessoas negras e negros. A grande questão da extrema direita com o PT é que nós pintamos a universidade pública com pessoas negras, com pessoas LGBTQs, com mais mulheres, com pessoas pobres, mas se manter na faculdade é complexo. Aliás, eu defendo, basicamente, que a universidade pública deve ser acessada por quem é pobre. Porque se vocês falam que a faculdade federal é um lugar de lacração, de comunismo da esquerda, por que os filhos dos ricos querem a faculdade federal? Por que os filhos dos ricos não vão para a faculdade privada? Por que não deixam a federal para quem é pobre? Então, a grande discussão aqui é que 1% de um concurso público – vejam bem, 1% do concurso público – seja, Ver. Jessé Sangalli, para pessoas como eu e a Ver.<sup>a</sup> Atena. Porque as nossas oportunidades não são iguais na sociedade. Nós não estamos em pé de igualdade. Vocês sabem disso. Nós somos as primeiras a chegar aqui na Casa. Quantas e quantos de vocês já estão aqui desde que esta Casa existe, Ver. Cecchim? Esse discurso é travestido de transfobia. Institucionalmente falando, eu sou contra a cota porque o amigo de esquerda imaginário, para quem não tem amigo de esquerda nenhum na sua cabeça,



você criou isso aqui, e acha que nós somos obrigados a topiar esse teatro de vocês, que é essa política de ódio. Antes, vocês tinham a oportunidade de falar de banheiro trans, ideologia de gênero, todas essas questões. Agora saibam que ao falar sobre esses assuntos, terão duas opositoras ferrenhas. Porque o que nós vivemos aqui, vocês não conseguiriam viver uma semana no nosso corpo, vocês não aguentariam uma semana aquilo que nós somos. Porque nós somos questionados socialmente o tempo todo. E ter cota em concurso, nesse 1%... Aliás, eu não sei se nós conseguiríamos ter 1%. Porque várias de nós, como a Atena e eu, sequer concluem o ensino médio. Quando nós falamos de concurso, é para aquelas e aqueles que concluíram o ensino para se graduar, para chegar de fato a esse concurso público. Então, Ver. Jessé, antes de falar aqui e de vir lacrilar, como você gosta de fazer, estude um pouco os temas e pergunte para as suas colegas travestis, transexuais aqui da Casa o que nós achamos sobre essa cota e porque nós a defendemos.

(O Ver. Moisés Barboza reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Agradeço ao ex-Presidente, colega, Ver. Márcio Bins Ely. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/25, pela oposição.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, o projeto que o governo traz para debate é sobre o HPS, mas é importante lembrar que o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas também tem falta de recursos humanos, assim como o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. A nossa emenda trata do pronto atendimento, porque toda a Zona Sul é de certa forma assistida por esse pronto atendimento. E falta muito, muito RH lá. As diretoras do hospital, do pronto atendimento, já pediram, e o secretário finge que não vê, finge que não é com ele, porque o secretário gosta de ficar lá no prédio da secretaria, no bem bom. Esse é o Fernando Ritter que a gente



conhece. Sem compromisso com o cidadão. Há muito tempo os enfermeiros, os técnicos do Postão da Cruzeiro reclamam de sobrecarga, inclusive as chefias não conseguem completar o quadro de funcionários, às vezes para troca de plantão. Isso é triste, porque a gente tem um banco de pessoas que fizeram concurso e estão esperando nomeação. Algumas delas estão aqui. Parabéns, gurias, que querem trabalhar pelo povo de Porto Alegre, servir a população. E é legítimo, vocês estão na fila. Mas eu quero lembrar que num outro momento aqui, nós aprovamos nesta Câmara 20 vagas de concurso que foram nomeadas; apenas 20 dessas 444 foi lá tudo para o HPS e nada para o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Então ele está extremamente precário. Então a nossa emenda pede a sensibilidade dos colegas a aprovar também, Ver. Cecchim, contrato temporário para o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Nós conversávamos recentemente sobre esse tema, porque aí a gestão vai lá e tenta dar uma ajudada. Porque uma coisa que o cidadão às vezes não percebe é o momento que tu vais precisar do sistema de saúde. Estamos todos bem aqui agora, mas podemos daqui a pouco precisar do SAMU, precisar ir para o ambulatório, para o pronto atendimento, para o HPS até se sofrer uma fratura, alguma queda. Então, a gente tem que deixar esse sistema funcionando minimamente. E essa é a nossa proposta, porque, se o governo não faz, se o prefeito não faz o seu dever, bom, nós, a Câmara, vamos fazer o mínimo, porque a gente não é gestor, a gente não manda no orçamento. Se o prefeito decide doar R\$ 180 milhões às empresas de ônibus, sem cobrar a contrapartida, e não quer colocar esse dinheiro para chamar concursados, para botar servidores, essa é uma decisão que ele tomou e eu não consigo interferir. Se o prefeito decide dar isenção de IPTU para os megaempresários, libertinagem nos empreendimentos e o dinheiro não entra na Prefeitura, porque não cobra os devedores, os sonegadores, e esse dinheiro faz falta na saúde, eu não consigo fazer interferência direta nisso, porque eu não sou prefeito. Se eu fosse prefeito, seria totalmente diferente. Para mim, teria inversões de prioridades. Para mim, o SUS seria a prioridade número um. Ninguém sairia de um posto de saúde sem a sua receita médica e não poderia esperar mais do



que duas, três horas. Teria que ter um limite. Hoje, é oito, dez horas, é um escândalo.

Então, isso é visão de administração. Como não podemos interferir diretamente, mandar no Melo, porque ele foi eleito, a gente faz a sugestão aqui, via emenda, faz essa proposição para ajudar, porque, neste momento, não dá para penalizar o cidadão, porque o cidadão está lá na fila. Agora, a gente exige, também fizemos uma emenda, que chamem os concursados, que parem de contrato temporário, e essa decisão é do prefeito, do secretário. E o secretário, diga-se de passagem, nós temos bons profissionais, bons trabalhadores. Prefeito, por favor, escolha um secretário melhor, porque esse aí não dá, ele está há quatro anos, quase quatro anos lá, e sempre a gente tem que fazer contrato temporário. Ou seja, ele não sabe de saúde, ele não entende. Talvez seja um bom dentista, isso é um mérito. Então, como dentista, ele pode voltar a atender a população. Agora, como secretário, está atendendo mal o todo da saúde.

Então, às vezes, a pessoa é um bom profissional, mas não é um bom gestor. É o caso do secretário Fernando Ritter, porque bota aqui para a Câmara de Vereadores um problema de RH. Na verdade, para concluir, trata-se de uma vergonha, que é a Câmara que tem que limpar.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Obrigado, Ver. Jonas Reis.

A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/25.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Então, colegas vereadores, subo nesta tribuna para contribuir com a discussão das emendas, em especial da Emenda nº 01, que visa ampliar a contratualização para o pronto atendimento lá na Cruzeiro, Postão da Cruzeiro do Sul. Assim como me manifestei anteriormente, eu acho que esse tensionamento e essa faca no pescoço de sempre colocar o menos pior e, muitas vezes, levar a gente a defender coisas que nós questionamos. Eu tenho um posicionamento firme em relação às



privatizações, um posicionamento firme em relação às concessões, às contratualizações, porque isso tem a ver com algo que a gente viu ontem no Fantástico. Esta gestão deste Estado ultraliberal, com milhares de contratos alocados dentro desta gestão, inviabiliza, inclusive, o nosso trabalho, enquanto vereadores, de fiscalizar. Então, quanto mais contratualiza, quanto mais terceiriza, mais difícil fica de a gente ter o controle da máquina pública. Isso, para nós, no campo da oposição, tem que estar muito nítido. Obviamente, o governo Melo vem jogando com isso: o desmonte dos conselhos, que são órgãos que devem fiscalizar a execução, fiscalizar os contratos, fiscalizar as licitações, está sendo realizado justamente para permitir que cada vez mais se passe esse tipo de boiada. Para que empresas virem monopólios, monopólios se especializem em disputar as licitações e ganhar os contratos. É isso que a gente viu acontecer na saúde; é isso que eu denunciei anteriormente, quando eu falei da máfia da associação dos transportadores por ônibus da cidade. É isso que a gente está vendo acontecer na saúde: empresas que se especializam na disputa dessas licitações e pagam muito pouco em relação ao que um servidor de carreira ganha. Então, para mim, essa lógica de que “não, temos que garantir o atendimento na ponta”. Pera lá, como é que estão as condições de trabalho desses trabalhadores que estão na ponta? Estão recebendo salário em dia? Estão com os EPIs? Estão recebendo fundo de garantia? A experiência que eu tenho – enquanto vereadora, desde 2018, nesta Casa – é que a terceirização e a contratualização precariza o serviço público. Então, nesse sentido, desta emenda que visa ampliar ainda mais essa lógica, apontando para o pronto atendimento Cruzeiro do Sul, eu acredito que seja um equívoco. Acredito que a gente não tenha que defender, pelo contrário, a gente tem que seguir nessa caminhada, caminhada que a gente construiu aqui dentro, enquanto oposição, juntas, trabalhadoras concursadas da educação, que obrigou o secretário a ceder e enviar aqui para a Câmara um projeto que cria novas vagas na educação. Então, tem caminho de luta, e não é aqui por dentro da Câmara de Vereadores, bem provavelmente. Eu não estou vendo nenhum vereador do governo subir na tribuna para defender este



projeto. A gente já sabe que se depender daqui é jogo de cartas marcadas. Está aprovado, mas o Comitê das Trabalhadoras Concursadas da Educação apontou um caminho de luta, de mobilização, de tensionamento com o secretário de educação e ele se comprometeu, no mês de março, enviar um projeto para a Câmara criando novas vagas na educação.

Então, camaradas da oposição, é um convite para não cedermos à chantagem. Obviamente a extrema direita pode fazer vídeo – ah, porque votaram contra trabalhadores na saúde –, é uma discussão complexa a defesa do estado que a gente defende. Um estado que, de fato, garanta direitos e que não superexplorem aqueles que estão na ponta garantindo esses direitos. É um debate complexo, mas a gente sabe que o nosso povo não é burro. A gente sabe que a política do emburrecimento, das *fake news* e dos videozinhos de um minuto no facebook, deixa essa tarefa para a extrema direita. O nosso papel é debater questões complexas com a nossa população. E ontem aquilo que foi denunciado no Fantástico nos dá uma baita de uma margem para a gente discutir. O que fundamenta esse governo Melo? Quantas empresas estão por trás da precarização do serviço? E como essas empresas se enraizam dentro da lógica de estado mínimo, financiando depois campanhas, e depois também muitas botando a faca no pescoço do trabalhador para eleger o prefeito de plantão, como eu denunciei em relação à Cootravipa no 2º turno das eleições presidenciais, que estavam querendo inviabilizar os trabalhadores, denunciei ao Ministério Público do Trabalho, para que eles não fossem se manifestar nas urnas. Então, terceirização, gurias, é para além da precarização da ponta, é também curral, é também curral eleitoral, porque quem está precisando daquele trabalho, daquele contrato precário, muitas vezes se vê obrigado a manter o prefeito de plantão que vai manter os contratos. E é essa lógica que a gente viu ontem se desdobrar num grande caso de corrupção na SMED. Daqui a pouco é um grande caso de corrupção no transporte, um grande caso de corrupção... Tem uma CPI agora instalada aqui sobre a Pousada Garoa, o mesmo esquema, empresário corrupto prestando serviço podre, precário para a população. Então isso que precisa ser denunciado em



relação à contratualização, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, eu quero você aqui na tribuna defendendo esse retrocesso, porque ficar gritando daí de baixo é fácil. Subam aqui, defendam qual é a perspectiva depois que acabar o contrato. E depois que acabar esse período aqui, vai ter concurso? O que vocês vão apontar, está chegando o inverno, acabamos de sair de uma pandemia, o que vai ficar de legado para o nosso Município? Acho que são discussões profundas e dessa normativa que a gente precisa enfrentar.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Karen Santos.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/25.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Presidente Moisés, vereadores, pagadores de impostos que nos assistem. Presidente Moisés, eu fico pensando com que cara o PSOL sobe aqui para falar de gestão pública, se o prefeito deles, em Belém, foi um desastre. Dá um Google aí: “Prefeito Edvilson ou Edmilson, Belém.” Foi uma vergonha, foi uma lástima, foi varrido da prefeitura de Belém. Tiveram a coragem de dar uma prefeitura para o PSOL, e ele quase faliu com a cidade. Não vou nem falar de saúde pública. Aí vem o PSOL aqui, vem a Ver.<sup>a</sup> Karen botar regra: Subam aqui, base; e governo Melo, e não sei o quê. Repito: praticamente o PSOL quebrou Belém. Foi varrido de Belém! Não foi nem para o segundo turno. Claro, o discurso aceita tudo. Antes veio aqui o líder da oposição, que é do PT. Eu queria que ele explicasse para nós como é que o PT botou uma socióloga de ministra da saúde, a Sra. Nísia. Está lá o Jonas fazendo um videozinho; muito bom, Jonas, explica aí para o seu público, a quem você engana há tanto tempo. Como é que o PT me coloca uma socióloga para ser ministra da saúde? Criticavam o genocida porque botou um militar, que não sei o quê. Botou uma socióloga, que acho que não sabe nem o que é um paracetamol. Vem falar de gestão pública?! O que essa senhora entendia de gestão pública da saúde, meu Deus do céu? Aliás, a troca da



ministra recentemente foi algo que as feministas ou feminazis, como o pessoal diz nas redes sociais, ficaram quietinhas. A mulher ficou sabendo pela imprensa, já demitida! Fez um discurso, um evento no Planalto, Ver.<sup>a</sup> Karen. E ninguém falou, a Nísia já demitida, fez um discurso. O Lula expôs uma mulher a essa chacinha, a essa vergonha. E depois, acho que nem flores recebeu. Então veja como a esquerda é hipócrita. Veja como é a esquerda: em Belém, o PSOL quebra uma capital, aliás, maior em população que em Porto Alegre, se não me trai minha memória, e aqui vem ditar regra sobre como fazer gestão pública e apontar o dedo para os vereadores.

É evidente que a saúde não é perfeita, é evidente que a gestão Ritter vai ter seus problemas, agora o desrespeito com que o líder da oposição trata o secretário de saúde... Quem o Jonas acha que é para questionar gestão pública? Ele é vereador, ele pode questionar, agora ele vir querendo dizer... O que você tem de idade, o Ritter tem de experiência da saúde, em Porto Alegre, em Canoas. De novo, não é perfeito, ninguém é perfeito, eu mesmo, quando sento com o Ritter, vou ter as minhas divergências. Agora vir aqui e questionar. Com que base? E os impropérios... Aí a vereadora do pessoal fala de empresário condenado, de empresário corrupto... Cadê o devido processo legal, vereadora? A senhora não defende a democracia?

(Aparte antirregimental.)

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Não, mas a senhora falou empresário corrupto. Não, primeiro deixa a justiça julgar, aí depois a senhora acusa.

(Aparte antirregimental.)

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Eu ia dar aparte, mas é encaminhamento; se o Presidente Moisés permite, eu dou aparte.



**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Mas é encaminhamento, em encaminhamento não cabe aparte.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Eu ia dar aparte, eu daria, mas eu achei também que era discussão. Não teria problema nenhum.

Pois então, para encerrar, a questão temporária é boa por causa da meritocracia: você contrata, a pessoa não rendeu, demite. É assim, quem assina a carteira sabe que é assim; lá fora é assim, a vida é real, você trabalha, você se esforça, não rendeu, procure um novo emprego. Aí querem concurso. Por que será? Por quê? Porque querem manter os... Quando eu falo pelego, não gostam, mas querem manter os privilégios, querem manter os votos lá no Simpa – aliás, Jonas, abre teu olho, estão pegando teus votos lá no Simpa –, querem prestigiar o sindicato em troca da entrega na ponta. Então parabéns ao prefeito, vamos votar “sim” para o projeto, para essa contratação temporária, e quiçá esses temporários mostrem o serviço e sejam contratados permanentemente. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 009/25. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** com 25 votos **SIM**; 08 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE 009/25. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Registro a presença do nosso sempre vereador e presidente, Reginaldo Pujol. Obrigado pela sua presença, Reginaldo Pujol. Registro também a presença do nosso sempre vereador e presidente, Nelcir Tessaro. Muito obrigado, Nelcir Tessaro.

Em votação nominal a Emenda nº 03, destacada, solicitada pela Ver. Jessé Sangalli, ao PLE nº 009/25. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)



Estamos aguardando, 1min30seg, tempo regimental. O Ver. Jonas Reis solicita o registro do seu voto. Vota “sim” – o Ver. Jonas Reis solicita a inclusão do seu voto “sim”.

(Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**. Está rejeitada a Emenda nº 03.

O Ver. Gilson Padeiro está ressaltando aqui que a nossa sessão está acompanhada hoje por três ex-Presidentes: Pujol, Tessaro e Valter Nagelstein. Muito obrigado pela presença dos senhores.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 009/25. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Presidente, o PLE nº 009/25. (Pausa.) Solicito o cancelamento da abertura do painel, houve um erro da Mesa na condição dos trabalhos. É um direito dos vereadores, que será honrado, não importa quem fizer a solicitação. Vamos encaminhar o projeto. Aqui não temos nenhum compromisso com o erro.

A Ver.<sup>a</sup> Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 009/25.

**VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT):** Subo a esta tribuna para falar sobre o projeto do governo Melo de desmonte dos serviços públicos de Porto Alegre. Esse é mais um projeto, na verdade, que trata de remediar aquilo que o próprio governo Melo cria. Porque o déficit de servidores na saúde que tem, inclusive, adoecido os nossos colegas municipais da saúde com uma sobrecarga de trabalho, que é exigido a eles trabalhar em hora extra, porque o governo não nomeia os concursados, não assegura que sejam qualificados nossos serviços, isso é um projeto.

Eu subo aqui para trazer os números do déficit de cargos nos serviços de saúde, porque isso ocorre hoje, porque, desde o início do governo Melo, a gente vê a intensificação da agenda de precarização dos serviços de saúde, seja pela privatização, seja pela não nomeação de servidores, que hoje estão



aqui aprovados no concurso, os mesmos aprovados que o governo Melo tenta contratar por meio da contratação emergencial. Na verdade, isso é parte da mesma agenda que faz com que o governo Melo não queira pagar o nosso reajuste dos municipais e municipais; ataque os nossos direitos com as alterações da licença prêmio, que estão propostas, estão na Ordem do Dia; não reconheça a negociação que ele fez lá em 2023 e que até hoje não terminou de cumprir a negociação da nossa data base de 2023; não pagou aquilo que negociou conosco até hoje, 2025; culpabilizou os servidores e servidoras depois da enchente por não receberem os seus reajustes. Nós não recebemos nosso reajuste em 2024. Segundo o prefeito, Jane, nós não deveríamos receber, porque tinha que investir na reconstrução da cidade, sendo que ele não investiu um real a mais na reconstrução da cidade, mas os servidores não receberam o seu reajuste. Esse projeto de sucateamento dos serviços públicos tem reflexo nessa decisão de contratação emergencial, quando nós ainda temos 70 pessoas aprovadas para serem nomeadas, 40 postos de trabalho que não foram repostos até o presente momento, então, é dentro desse quadro que o governo Melo apresenta essa proposta. Nós sabemos que é urgente que aqueles servidores e servidoras que estão trabalhando em condição precarizada, que estão tendo que fazer horas extras, sem sequer ter condições de trabalhar mais, expandindo a sua jornada de trabalho, que eles precisam do suporte. Neste momento, a nossa bancada vai se abster nessa votação, mas nós queremos a nomeação dos concursados que estão aqui. Nós queremos, exigimos que aqueles e aquelas que prestaram concurso público para atender de forma qualificada a nossa população sejam nomeados e não contratados. Contem com a bancada de oposição para seguir na luta pela nomeação, porque o que acontece hoje com os servidores da saúde é o mesmo que o governo Melo faz na educação, que tem aprovados no concurso, que são os mesmos que ele chama para contrato emergencial, porque não quer nomear, porque o seu projeto é o projeto da privatização, é o projeto da precarização das condições de trabalho, é o projeto do desmonte do Estado e dos serviços públicos. E quando os serviços públicos são



desmontados, é a população que mais precisa que sente os efeitos disso. Então, nós que somos usuários do Sistema Único de Saúde, nós que somos usuários dos postos, do HPS nesta cidade sabemos que os trabalhadores da saúde estão em condições precarizadas já há muito na cidade, mas nós exigimos que a alternativa não seja esse remédio paliativo, seja a cura dessa ferida. E a cura da ferida é nomear os trabalhadores que foram aprovados no concurso. (Mostra cartaz.)

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 009/25.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Presidente Moisés, meus caros colegas, primeiro que nós temos hoje a presença aqui do Sindicato dos Municipais, vi que estavam aqui presentes, e também essa pauta acabou gerando, pela esquerda, uma retórica que nós vemos sempre, a cada momento que nós vamos discutir sobre a participação do Estado, o tamanho da participação pública dentro da cidade de Porto Alegre, nas mais variadas áreas. Para criticar aqui o projeto encaminhado pela Prefeitura para que se possa fazer a contratação emergencial de especialistas profissionais neste hospital, que é uma referência e um orgulho para todos porto-alegrenses, a esquerda tem adotado aqui, como discurso, que isto seria uma espécie de precarização da saúde, porque não se estariam chamando servidores efetivos, concursados, para prestarem esse serviço de fundamental relevância para a sociedade. Porém, tem uma coisa que eu sempre digo, meu colega de Partido Novo, Tiago Albrecht: contra fatos não há argumentos, e matemática não tem ideologia. O próprio governo do PT de Jaques Wagner, na Bahia, foi pioneiro no Brasil ao fazer o primeiro hospital em parceria público-privada do nosso País, o Hospital do Subúrbio, na Bahia, em Salvador. Dinheiro privado, gestão privada, e vocês sabem quem é que reclamava muito do que fez o PT lá na Bahia? Os sindicatos. Os sindicatos e os servidores públicos diziam que o PT estava, de alguma forma, maquiando a privatização da saúde, a privatização



do SUS em Salvador. Os anos passaram, e ficou comprovado que o custo deste hospital era milhões de reais mais barato por ser feito em parceria com a iniciativa privada do que se fosse no modelo estatal. Inclusive, a própria eficiência e qualidade do serviço do Hospital do Subúrbio, em Salvador, um bairro pobre da cidade, que já é reconhecida pela sua vulnerabilidade, esse hospital, além da sua eficiência, ficou marcado também pela qualidade da entrega do serviço público à população. Então eu não entendo qual é o PT que sobe nesta tribuna: se é o PT que vem aqui jogar para uma claqué do funcionalismo, dizendo que este projeto aqui e que este modelo de parcerias ou de se buscar parcerias com a iniciativa privada e se diminuir a presença, o tamanho do Estado, do inchaço da máquina pública é o que vale; ou se vale o que o PT, quando governa, faz, que foi, repito, o primeiro hospital do Brasil feito, elaborado em parceria com a iniciativa privada.

Há um outro ponto aqui que eu quero, inclusive, fazer uma fala, meu vereador, colega Jessé Sangalli, que antes fez uma crítica aqui muito pertinente à Emenda nº 03, com o que diz respeito às cotas, Jessé. E o Jessé, inclusive, fez aqui um ponto específico com relação a pessoas trans. Eu, particularmente, sou um crítico das cotas raciais, de outros modelos de cotas que nós temos, não apenas no serviço público, mas na educação e em outras áreas também. Sobre cotas para pessoas trans, eu quero pegar aqui o exemplo, trazer dados, realidade, de dois países ao nosso lado. Primeiro, o Uruguai. Em 2018, o Uruguai aprovou uma lei de cota para pessoas trans no serviço público. Dois anos depois, num universo de 300 mil servidores públicos do país vizinho, o Uruguai, apenas 24 pessoas trans ingressaram no serviço público. A ONG Trans Uy, do Uruguai, disse que a lei era meramente simbólica e que a maioria das vagas foi preenchida por pessoas que ocuparam vagas de salários baixos. A ONG Trans Uy criticou a lei aprovada no Uruguai. Para concluir, Presidente, na Argentina, em 2021, também foi aprovada uma lei que reservava 1% do serviço público das cotas para pessoas trans. Apenas 200 pessoas, num universo de 700 mil servidores públicos, ingressaram por essas cotas. E as próprias ONGs também criticaram que acabou se fazendo muito mais uma



aceitação e um ingresso destas pessoas vinculadas a partidos políticos do que efetivamente de mudar a vida, todos os problemas e as questões que nós sabemos que são pertinentes e enfrentadas por essa população. Então me parece aqui que nós temos dois exemplos, aqui do nosso lado, na Argentina e no Uruguai, que demonstram... Nem entro no mérito aqui, que eu discordo, inclusive concordo com o que disse o Ver. Jessé, nem entro nesse mérito, mas, sim, numa questão prática de efetividade dessa política pública que já se mostrou completamente ineficaz nos dois países vizinhos. Muito obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Obrigado, Ver. Ramiro Rosário. Solicito aos vereadores e às vereadoras que permaneçam após a votação do projeto, porque a gente tem dois requerimentos importantes de solenidade que precisam ser aprovados no dia de hoje.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 009/25.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP):** Meu Presidente, Ver. Moisés Barboza; demais vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, das galerias, é um projeto, na minha opinião, bastante simples, Presidente, não deveria ter nem grandes debates, já deveria ter sido votado. Passamos aqui uma boa parte da tarde discutindo um projeto que, talvez, até o público não tenha nem conseguido entender o que estão discutindo, porque se discutiram tantas coisas aqui, meu líder, que o público, em casa, que está prestando atenção, não sabe nem o que nós estamos votando. Porque se ler aqui a ementa do que é o projeto, o pessoal diria: “Ainda não votaram por quê?” Isso que o público estaria dizendo, Ver. Gilson Padeiro. Aqui diz o seguinte (Lê.): “projeto do Executivo que autoriza o poder Executivo municipal a contratar 6 (seis) enfermeiros e 30 (trinta) técnicos em enfermagem, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) viabilizar o



atendimento no Hospital de Pronto Socorro.” Então, quem escuta isso, se perguntar para qualquer pessoa que estiver passando na Rua da Praia se é a favor ou contra, não vai ter um que vai ser contra, porque todo mundo quer enfermeiro e técnico no hospital para atender. E nós estamos aqui discutindo. E aí eu começo a lembrar, a gente está há algum tempo na Casa, então a gente lembra de algumas coisas que já aconteceram aqui. E eu lembro de uma outra oportunidade, teve alguns vereadores aqui do PT, na legislatura passada, que fizeram vídeos e subiram na tribuna para criticar, porque havia médicos trabalhando no Pronto Socorro que não eram bons, porque eles não fizeram concurso público, e que só médico que faz concurso público que é bom, que pode atender. Não tenho nada contra os médicos que fazem concurso público, as pessoas que fazem concurso público, que trabalham, que se dedicam ao serviço público, são importantes, e claro que têm importância, sim, a pessoa vai lá, passa um período, vai dedicar a sua vida a trabalhar no Hospital de Pronto Socorro. E agora eu pergunto: aquela pessoa que não resolveu não fazer concurso público e que vai trabalhar na iniciativa privada e que se formou na mesma universidade, ela é menos competente do que aquela outra que resolveu fazer o concurso público? Eu acho que é uma opção, assim como nós optamos por prestar o serviço público através da vereança, da Câmara de Vereadores, concorreremos e estamos aqui porque achamos que podemos ajudar, num período de quatro anos, a nossa comunidade, a nossa cidade, o nosso país. Então, não dá para desmerecer as pessoas que estudaram e que vão de forma temporária prestar um serviço num hospital como o Pronto Socorro, que é um grande hospital e que merece todo o nosso respeito. E aí, depois, essas mesmas pessoas... Eu continuo pensando, conversava ali junto com o meu colega, Ver. Giovane Byl, conversando com ele, eu fiz uma pergunta para ele, eu até nem ia subir aqui para falar, porque esses mesmos vereadores que provavelmente vão votar contra esse projeto, eles colocaram emendas que queriam cotas. Quer dizer, não pode ser... Aí eu não consigo entender e gostaria que me ajudassem. As pessoas para trabalhar lá no hospital têm que fazer concurso, porque os não concursados não são tão



qualificados quanto os outros. Então, nós queremos os mais qualificados. Esse é o discurso da esquerda, da oposição. Mas aí, se aprovado o projeto, tem que ter cotas, porque os das cotas, para servir, porque tem que ter cota, mas o da cota vai ser melhor do que o outro que não é cota? Nós temos que pegar o melhor profissional ou pegar a cota para cumprir a cota, Ver. Jessé? Eu acredito que eu quero o técnico de enfermagem que esteja mais qualificado para me atender no hospital, independente da opção sexual dele, da cor, da raça, e não tenho nada contra a cor, a raça, a opção sexual de ninguém, mas eu quero o enfermeiro mais qualificado para me atender, o técnico mais qualificado. Então, se eles acham que o melhor é o que fez o concurso, por que na hora da emenda eles querem o da cota e não o mais qualificado? Eu quero o mais qualificado sempre para atender a população de Porto Alegre. Muito obrigado e votarei favorável ao projeto. (Palmas.)

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Em votação nominal, determinada por esta presidência, o PLE nº 009/25. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**; 6 **ABSTENÇÕES**.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Temos dois requerimentos de homenagens a serem apreciados. Um é o Requerimento nº 141/25, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que é uma votação *ad referendum*, porque a homenagem ao Hospital Pronto Socorro foi realizada no início da sessão.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Em votação o Requerimento nº 141/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O segundo é o Requerimento nº 186/25, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano, que requer a



realização de sessão solene no dia 19 de março de 2025, às 19h, destinada a homenagear o Colégio Militar.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Em votação o Requerimento nº 186/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. (Pausa.)

Se houver quórum, entraremos na reunião conjunta. Enquanto aguardamos, convido as vereadoras e os vereadores que desejarem e tiverem a possibilidade de amanhã, às 18h30min, quando receberemos, aqui na Casa, para a entrega da Comenda Porto do Sol, o Sr. Aod Cunha. (Após o fechamento do painel eletrônico.) Seis vereadores presentes. Não há quórum.

Agradeço a presença das Sras. e dos Srs. Vereadores, de todos os profissionais desta Casa, que nos ajudaram muito no dia de hoje; e as vereadoras mulheres que abrilhantaram muito a nossa sessão simbólica, sem sombra de dúvida, pelo Dia da Mulher. Convocando a todos para quarta-feira, às 14h, para que possamos enfrentar as pautas e termos a reunião conjunta, que não foi possível realizar na tarde de hoje. Muito obrigado.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h30min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)



**Texto sem revisão**